



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER FAVORÁVEL Nº 131/2021**

**REFERÊNCIA: INDICAÇÃO LEGISLATIVA - PROCESSO N. 1074/2021**

**RELATOR: GIL MAGNO**

**Ementa: INDICA AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL A NECESSIDADE DE PROJETO DE LEI QUE DISPONHA SOBRE A CRIAÇÃO DE UM FUNDO MUNICIPAL DE APOIO ÀS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, FUNDESTRADAS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**PROCESSO Nº 1074/2021**

Em face do art. 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, segue o parecer, pelos motivos de fato a seguir:

**- DO PARECER**

Trata-se de indicação legislativa do Ilmo. Sr. Vereador Ronaldo Ramos, no qual dispõe sobre **A NECESSIDADE DE PROJETO DE LEI QUE DISPONHA SOBRE A CRIAÇÃO DE UM FUNDO MUNICIPAL DE APOIO ÀS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, FUNDESTRADAS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

A proposta em exame encontra-se revestida de constitucionalidade e legalidade, pois por força da Constituição os Municípios são dotados de autonomia política para legislar sobre assuntos de interesse local, bem como, suplementar no que couber, a legislação federal e estadual, nos moldes do art. 30, inciso I, da CRFB/88, conforme segue:

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

No que tange ao Princípio do Interesse Local, o ordenamento constitucional adotou o princípio da preponderância dos interesses, em que as matérias de interesse nacional são de competência da União; matérias de interesse regional, de competência dos Estados-membros e matérias de interesse local, de competência do Município, ou seja, a atual lei fundamental brasileira, abraçando o federalismo, prevê uma divisão tricotômica, isto é, determina a existência de um terceiro nível na composição do nosso Estado Federal: a União, ordem total; os Estados Membros, ordens regionais, e os Municípios, ordens locais.

Neste sentido, o Art. 16, § 3º, da Lei Orgânica Municipal, por sua vez, preceitua que:

**Art. 16. Compete ao Município, na promoção de tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população:**

**§ 3º As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar**

**interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem com a competência federal e estadual.**

Ante o exposto, não nos parece haver óbices à tramitação da presente proposição.

## **II- BREVE SÍNTESE**

O imposto sobre a propriedade territorial rural é previsto constitucionalmente, através do inciso VI do artigo 153 da Constituição Federal e a legislação que rege o ITR é a Lei 9.393/199 e alterações subsequentes.

A arrecadação do ITR originalmente disposta em lei prevê a sua divisão entre o governo federal e as prefeituras dos municípios onde as propriedades rurais se localizam. No entanto, desde 2005, os municípios interessados podem celebrar convênios com a União para que passem a fiscalizar e realizar a cobrança do ITR. Nesse caso, é possível que o município obtenha 100% de todo o valor da arrecadação.

Apesar dos efeitos positivos para os municípios causados por esta mudança na legislação, o ITR ainda apresenta baixa arrecadação, se considerarmos todo o seu potencial.

## **II- DO VOTO**

Sendo assim, opino **FAVORAVELMENTE** a tramitação da presente indicação legislativa.

Sala das Comissões em 11 de Fevereiro de 2021

\_\_\_\_\_  
GIL MAGNO  
Presidente

\_\_\_\_\_  
GILDA BEATRIZ  
Vogal

\_\_\_\_\_  
DR. MAURO PERALTA  
Vogal

\_\_\_\_\_  
YURI MOURA  
Vogal